



Brasil

Estima-se que o PIB real cresça 3,0% em 2023, 1,8% em 2024 e 2,0% em 2025.. A atividade econômica apresentou uma forte recuperação no primeiro semestre de 2023, impulsionada pela safra agrícola notável e por um consumo doméstico resiliente. Apesar das condições financeiras restritivas, as despesas domésticas permanecerão fortes devido ao crescimento dinâmico do emprego, à queda da inflação e ao aumento das transferências sociais. O investimento privado apresentará uma recuperação leve ao longo de 2024 conforme a política monetária seja mais flexibilizada. Embora haja uma diminuição nos preços das *commodities*, os produtos agrícolas impulsionarão uma expansão contínua das exportações. A inflação caiu de forma acentuada ao longo de 2023 e se espera que permaneça na banda da meta de inflação durante o ano de 2024.

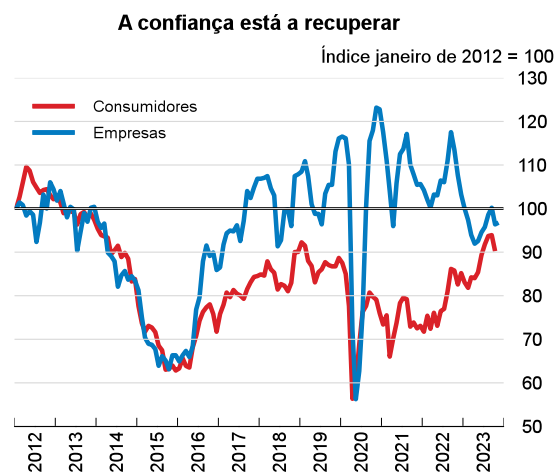
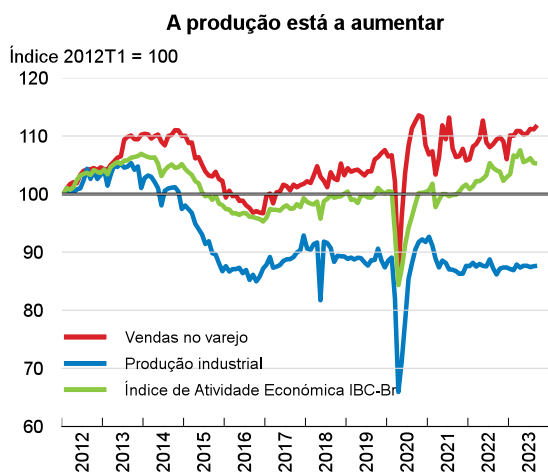
A flexibilização da política monetária teve seu início em agosto de 2023. As taxas de juros reais permanecem elevadas, deixando espaço para reduções contínuas na taxa básica de juros ao longo de 2024 e 2025. A política fiscal segue em expansão, mas espera-se uma consolidação gradual em 2024 para atingir a meta de superávit primário de 1% do PIB exigida pelo novo marco fiscal. A implementação do novo marco fiscal ajudará a restaurar a confiança e a alcançar uma matriz de políticas macroeconômicas mais consistente. O investimento sólido em infraestrutura e a adoção planejada de um imposto sobre o valor agregado unificado podem impulsionar o crescimento potencial. A expansão do acesso à educação na primeira infância facilitaria a participação das mulheres no mercado de trabalho e reduziria as desigualdades de gênero.

Aceleração da atividade econômica

A economia apresentou um crescimento robusto nos dois primeiros trimestres de 2023, com uma expansão trimestral anualizada de 7,5% no primeiro trimestre e de 3,7% no segundo trimestre. O primeiro trimestre registrou uma produção agrícola excepcional e as estimativas iniciais preveem um novo recorde na produção agrícola para a safra seguinte. Embora a produção industrial tenha melhorado em agosto, permanece 1,8% abaixo do nível pré-pandemia de fevereiro de 2020. O setor de serviços teve uma redução mensal de 0,3% em setembro e de 0,9% em agosto comparado ao mês de julho, após um aumento de 2,1% no período de maio a julho do mesmo ano. Os indicadores avançados sugerem uma desaceleração progressiva no segundo semestre. O mercado de trabalho tem se fortalecido, uma vez que a taxa de desemprego chegou a 7,8% em agosto, o nível mais baixo desde junho de 2015. A criação de empregos é impulsionada predominantemente pelo setor de serviços, incluindo os serviços domésticos.



Brasil 1



Fonte: CEIC; Banco Central do Brasil; e cálculos da OCDE.

Brasil: demanda, produção e preços

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil						
	Preços correntes, em BRL bilhões	Variação percentual, volume (preços de 2000)				
PIB a preços de mercado	7 609.6	5.3	3.0	3.0	1.8	2.0
Consumo privado	4 805.0	4.0	4.3	2.8	2.1	1.9
Consumo das administrações públicas	1 532.2	3.5	1.5	1.8	1.3	1.3
Formação bruta de capital fixo	1 260.2	16.6	0.8	-2.3	0.8	1.2
Procura interna final	7 597.4	6.0	3.1	1.7	1.7	1.7
Constituição de existências ¹	- 33.9	0.6	-1.0	0.3	0.1	0.0
Procura interna total	7 563.6	6.5	2.1	1.9	1.9	1.7
Exportação de bens e serviços	1 252.0	6.5	5.9	7.2	4.0	3.7
Importação de bens e serviços	1 206.0	12.1	0.6	2.4	4.6	2.1
Exportações líquidas ¹	46.0	-0.9	1.0	1.0	0.0	0.4
<i>Por memória</i>						
Deflator do PIB	—	11.0	8.2	4.0	3.7	3.1
Índice de preços ao consumidor	—	8.3	9.3	4.6	3.2	3.0
Deflator do consumo privado	—	8.6	10.4	5.2	4.0	3.7
Saldo financeiro das administrações públicas (% do PIB)	—	-4.6	-4.6	-7.2	-6.4	-5.8
Saldo da balança corrente (% do PIB)	—	-2.8	-2.8	-1.7	-1.6	-1.5

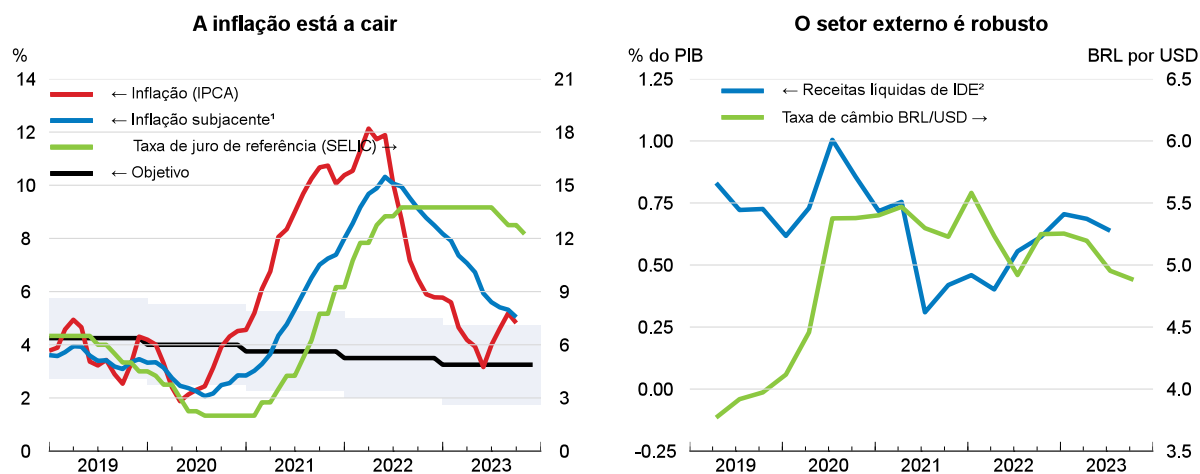
1. Contribuição para variações no PIB real, valor atual na primeira coluna.

Fonte: Base de dados Perspectivas Económicas da OCDE, n° 114.

A inflação apresentou uma queda para 4,8% em outubro, após uma subida para 5,2% em setembro e uma queda significativa para 3,2% em junho. A subida recente se deve principalmente aos preços mais elevados dos combustíveis durante o mês de setembro. Em contrapartida, os produtos alimentares e bebidas, que têm um forte peso no consumo doméstico, registraram deflação pelo quarto mês consecutivo em outubro. Além disso, a inflação subjacente está diminuindo, atingindo 5,9% em setembro, em comparação com 6,1% em agosto.



Brasil 2



1. A inflação subjacente exclui o setor de energia e alimentos. A área sombreada corresponde à faixa de tolerância da inflação.

2. Média móvel.

Fonte: Base de dados das Projeções Económicas da OCDE 114; e Banco Central do Brasil.

Início da flexibilização da política monetária

Apesar do aumento recente, a tendência decrescente da inflação ao longo do ano permitiu ao Banco Central flexibilizar a política monetária, reduzindo a taxa básica de juros de 13,75% em julho para 12,25% em novembro de 2023. Espera-se que haja novos cortes na taxa básica de juros, devido à expectativa de queda contínua da inflação e taxas de juros reais elevadas, reduzindo a taxa para 9,2% até ao final de 2024 e 7,8% até ao segundo semestre de 2025.

Em 2023, a política fiscal foi expansionista, impulsionada pelo aumento das transferências sociais. A projeção do déficit fiscal primário é de 1% do PIB. Em agosto de 2023, o Congresso aprovou um novo marco fiscal, melhorando a previsibilidade em médio prazo e acrescentando flexibilidade, principalmente para investimentos. Para cumprir a meta primária desse novo marco, o governo planeja implementar medidas adicionais de aumento de receitas fiscais equivalentes a 1,5% do PIB em 2024, enquanto as despesas aumentariam 1,0% do PIB. Além disso, a Câmara dos Deputados aprovou uma reforma tributária, atualmente em discussão no Senado, com o objetivo de criar um imposto sobre o valor agregado unificado. Essa reforma tributária tem um forte potencial para simplificar o sistema fiscal e impulsionar o crescimento económico.

O crescimento continuará forte

A projeção de crescimento é de 3,0% em 2023, desacelerando para 1,8% em 2024 e 2,0% em 2025. A demanda interna continua sendo o principal fator de impulso para a atividade económica. A criação de empregos segue reforçando a renda das famílias, estimulando o forte crescimento do consumo doméstico. Se esperam melhorias ao investimento devido às condições financeiras mais favoráveis. As exportações agrícolas impulsionarão o crescimento em 2023, mas espera-se que este impulso desapareça nos anos seguintes, considerando um contexto de preços mais baixos das *commodities*. A inflação, que alcançou uma média de 9,3% em 2022, deverá diminuir para 4,5% em 2023, 3,2% em 2024 e 3,0% em 2025, alinhando-se com a meta a partir de 2024. A queda da inflação é o resultado de uma resposta rápida da política monetária e da normalização de disrupções anteriores nas cadeias de fornecimento.



Os riscos econômicos estão equilibrados. De forma positiva, o crescimento poderá ser estimulado por outra safra agrícola excepcional. Além disso, a implementação bem-sucedida da reforma tributária poderá impulsionar a confiança e a atividade econômica, com efeitos que podem possivelmente exceder as expectativas. De forma negativa, o crescimento mais lento na China, um importante parceiro comercial do Brasil, poderá pesar sobre a demanda externa. Aumentos sustentados da inflação poderão atrasar novas reduções da taxa básica de juros, levando à redução do investimento e do consumo. Além disso, quaisquer novos aumentos na taxa básica de juros em economias desenvolvidas poderão exercer pressão sobre a taxa de câmbio.

A adoção da reforma tributária e a melhoria da concorrência impulsionarão o crescimento

A implementação do novo marco fiscal e o cumprimento das metas primárias serão fundamentais para garantir a sustentabilidade da dívida e restaurar a confiança nas finanças públicas. A implementação de um sistema tributário de imposto sobre o valor agregado unificado irá simplificar a tributação de bens e serviços e reduzirá os encargos administrativos para as empresas. Além dos impostos sobre o consumo, há também margem para uma reforma do imposto de renda e melhoria da progressividade do sistema fiscal. A possibilidade de deduzir gastos com saúde e educação da base do imposto de renda de pessoa física tem efeitos de distribuição regressivos, uma vez que 90% dos brasileiros têm renda abaixo da faixa de isenção do imposto de renda e apenas 25% da população tem plano de saúde, enquanto a maioria da população depende do sistema público de saúde SUS. Os recentes aumentos nas transferências monetárias condicionais foram bem direcionados, reduzindo a pobreza e a desigualdade, mas são necessárias mais melhorias na eficácia e no direcionamento das transferências sociais. A expansão do acesso à educação na primeira infância, principalmente para famílias de baixa renda e família monoparentais, pode melhorar a igualdade de oportunidades e incentivar mais mulheres a participar do mercado de trabalho. A simplificação da regulamentação e a redução das barreiras à entrada no mercado fortaleceriam o crescimento em longo prazo. Abordar as lacunas de infraestrutura em transporte, água e saneamento pode aumentar a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional. O desmatamento é a principal fonte de emissões brutas de gases de efeito estufa. Uma aplicação mais rigorosa das leis de proteção ambiental, incluindo o Código Florestal Brasileiro, será primordial para combater o desmatamento. O setor agrícola é a segunda maior fonte direta de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. O direcionamento objetivo do crédito agrícola para práticas de baixo carbono pode ser eficaz no combate ao desmatamento e na redução de emissões. A introdução de mecanismos de precificação do carbono pode complementar esses esforços e promover a concorrência leal entre setores.



From:
OECD Economic Outlook, Volume 2023 Issue 2

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/7a5f73ce-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2023), "Brasil", in *OECD Economic Outlook, Volume 2023 Issue 2*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/0ccc07f9-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.